

**RCD nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.427 - MS (2018/0179891-5)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**REQUERENTE : ENGECAM CONSTRUTORA LTDA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ SOUZA DA SILVEIRA - DF016379**  
**SILVANO GOMES OLIVA - MS010078B**  
**EVALDO RODRIGUES HIGA - MS012110**  
**LEANDRO DIAS PORTO BATISTA - DF036082**  
**DANILO NUNES DURÃES - MS015517**  
**REQUERIDO : AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS**  
**PROCURADOR : PAULO JOSÉ DIETRICH E OUTRO(S) - MS009634**  
**INTERES. : CONDOMINIO RESIDENCIAL AMERICA**

### **DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração de decisão que determinou o retorno dos autos à origem nos seguintes termos (e-STJ, fl. 282):

Cinge-se a controvérsia sobre a validade da correção monetária e dos juros moratórios segundo os índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

Referida questão encontra-se pendente de apreciação no âmbito do Supremo Tribunal Federal (RE 870.947/SE - Tema 810/STF), autos em que o relator, Ministro Luiz Fux, deferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais no sentido de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas (ED no RE n. 870.947, Relator Min. Luiz Fux, decisão no DJe 26/9/2018)".

Consoante a jurisprudência desta Corte, encontrando-se o tema afetado à sistemática da repercussão geral, os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo sobrestados no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Esse, a propósito, o procedimento adotado em casos análogos ao presente: REsp 1.788.747/PA, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 19/3/2019; AREsp 1.446.967/AL, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 19/3/2019;

AgInt no REsp 1.506.355/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 19/12/2018.

Ante o exposto, determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que lá fiquem sobrestados a fim de aguardar a modulação temporal dos efeitos a ser feita pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870.947/SE, consoante o disposto no art. 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

A requerente sustenta que os juros convencionados pelas partes faz coisa julgada e por isso não está suscetível a revisão de ofício.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Relatados. Decido.

Considerando a conclusão do julgamento do RE n. 870.947/SE - Tema 810/STF, que fundamentou a determinação de sobrestamento do presente feito na origem, reconsidero as decisões proferidas às fls. 282 e 298/301, e-STJ, tornando-as sem efeito.

Prejudicada a análise do pedido de reconsideração pleiteado na petição RCD 00664595/2019, juntada às fls. 309/314.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova análise do recurso especial de fls. 137/160.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator